

● Finanças 21 MAR 1991

ACERTO EXTERNO

Negociação com os bancos entra em fase delicada de “refinamento dos números”

por Claudia Safatle
de Brasília

O embaixador Jório Dauster, negociador oficial da dívida externa brasileira, entrou na reunião do comitê de bancos credores ontem ao final da tarde, em Nova York, com a expectativa de que essa viesse a ser uma reunião decisiva para a solução do pagamento dos juros atrasados desde meados de 1989. O clima da negociação, que chegou próximo a um impasse na última sexta-feira, mudou nesta semana. O governo brasileiro fez, inclusive, mais um movimento na direção de um acordo — pagar em dinheiro 24% dos atrasados, cuja soma é de cerca de US\$ 8 bilhões. A posição negociadora original era de pagar 15% dos atrasados “cash”, enquanto os bancos credores começaram pedindo 33%.

Ontem, o vice-presidente do Bank of America para a América Latina, Joel Korn, disse a este jornal estar muito confiante na possibilidade de um acordo sobre os juros atrasados para os próximos dias. Korn acompanha, do Rio de Janeiro, o dia-a-dia da negociação, já que o Bank of America é um dos representantes no comitê. Segundo ele a fase, agora, é de “refinamento dos números”, pois a estrutura para o pagamento dos atrasados estava aceita.

No Ministério da Economia, recomenda-se cautela. A negociação estava em fase final na quinta-feira passada, mas houve enorme resistência de alguns bancos credores a aderir aos termos que estavam sendo concertados entre a missão brasileira e os três bancos que comandam o comitê (Morgan Guaranty, Citibank e Lloyds).

EXPLICAÇÃO

A explicação para o endurecimento dos bancos credores foi dada por um funcionário de instituição estrangeira que participou de várias das reuniões do comitê; “Quando se está na reta final de uma negociação, os ânimos ficam mais exacerbados”. Além disso, as posições de ambos os lados ficam menos flexíveis e há a tentação de testar um avanço adicional, o que teria justificado a postura de alguns bancos.

Apesar de ter chegado a definir o pagamento “cash” de 24% — o que resultaria em desembolsos parcelados no montante final de cerca de US\$ 1,9 bilhão a US\$ 2 bilhões (isso porque os US\$ 8 bilhões de atrasados não correspondem à cifra exata) —, até a última terça-feira não havia sido possível um acordo sobre a taxa de juros que incidirá sobre os bônus que serão emitidos como pagamento da parcela refinanciada dos juros atrasados, assim como o prazo de resgate desses papéis. Enquanto Dauster oferecia 6,8% de juros anuais mais 0,00625% de spread, os bancos insistiam num percentual equivalente à taxa mínima da Libor, taxa interbancária de Londres de dois anos, que representaria algo como 7,6%, hoje. Não havia definição, também, sobre o prazo de carência dos bônus, se de dois ou quatro anos.

LONGO CAMINHO

Mesmo que o embaixador Dauster consiga finalizar um acordo sobre os juros atrasados, falta ainda um longo caminho a percorrer para obter um refinanciamento do estoque de US\$ 52 bilhões da dívida junto aos bancos privados. Nesse ponto, não houve nenhum avanço. Ao contrário, o governo brasileiro teve de ceder num ponto que considerava como “questão de princípio” — que se referia à vinculação estreita entre atrasados e estoque, já que ambos fariam parte de uma mesma disponibilidade de recursos medida pelo conceito da capacidade de pagamentos do país, gerada pelo esforço fiscal.

Como lembrou uma fonte dos bancos credores: “O que vai determinar a capacidade de pagamentos são as reformas estruturais que o governo conseguir implementar”. Ficou, porém, um mecanismo de vinculação: os bônus dos atrasados só serão emitidos se houver progressos na negociação do principal. Como se trata de uma cifra significativa, cerca de US\$ 6 bilhões, e como esses títulos dão aos bancos a possibilidade de negociar no mercado secundário, a equipe econômica acredita que não cedeu tanto.